

Ibsen admite apreciar política salarial

PORTO ALEGRE — Com a decisão do Supremo Tribunal Federal de considerar inconstitucional a remessa da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) à sanção presidencial, sem apreciação pelo Congresso, os parlamentares não terão recesso e poderão apreciar, além do projeto, a proposta de política salarial elaborada pelos partidos de Oposição. Esta possibilidade foi admitida, ontem, pelo Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (RS).

Ibsen explicou que se opôs à decisão do Presidente do Congresso, Senador Nelson Carneiro, de encaminhar a lei ao Presidente Collor sem apreciação do Congresso. No entanto, não acompanhou a iniciativa dos demais partidos de oposição (PT, PSDB, PCB, PC do B, PDT e PSB), porque entendeu que faltou lealdade política à bancada petista no encaminhamento da matéria.

Conforme Ibsen Pinheiro, o Líder em exercício do PT, Deputado Paulo Paim (RS), cobrou no plenário a au-

sência de senadores do PMDB no encaminhamento da votação.

— O PT teve um comportamento desleal cobrando a ausência de senadores do PMDB quando o seu próprio partido sequer participou da elaboração do projeto substitutivo que seria votado — acusou Ibsen.

Ele acrescentou que o PT “só chegou na hora de assinar o acordo e nem mesmo deputados importantes no contexto nacional e regional estiveram presentes”, disse, referindo-se a Luís Inácio Lula da Silva e a Tarso Genro, candidato do PT ao Governo do Rio Grande do Sul.

Já o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Renan Calheiros, afirmou que a liminar apenas sustou a devolução da LDO ao Presidente Collor, mas não convoca o Congresso para votá-la. O Líder do PSDB, Euclides Scalco, autor da questão de ordem que resultou no mandado de segurança, mostrava-se esfuziante e garantia que a decisão obriga o Presidente Nelson Carneiro a convocar imediatamente o Congresso.